

**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
(15 de junho de 2005)**

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54

Aos quinze dias do mês de junho de 2005, no Auditorium Samuel Pessoa na Villa da Saúde, após a constatação do quorum mínimo necessário, às dezenove horas e quarenta minutos foi iniciada a Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Londrina, tendo como pauta: **1–Solicitação de esclarecimentos sobre denúncia feita ao Ministério Público, em 08 de junho de 2005 e matéria vinculada nos veículos de comunicação deste município, em 09 de junho de 2005.** Margaret **Shimiti** dá início à reunião, esclarecendo que a mesma foi solicitada por alguns conselheiros que pedem que o conselheiro Marcos Ratto dê esclarecimentos sobre denúncia feita ao Ministério Público, em 8 de junho de 2005, e da matéria vinculada nos veículos de comunicação do município, em 9 de junho de 2005. **Sônia Anselmo**, antes de dar prosseguimento à pauta, informa que o Sr. Orides Lopes Pinheiro, participa hoje da reunião do CMS representando o Hospital da Zona Sul, em substituição ao conselheiro Elzo Carreri. **Marcos Ratto** esclarece que fez esta denúncia em nome dos trabalhadores municipais. Pede para registrar seu protesto ao Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Secretário de Saúde Silvio Fernandes da Silva, pela sua ausência tanto na reunião do CMS, quanto na cidade. Marcos apresenta documentos oficiais da Secretaria Municipal de Saúde, assinado pelo **Sr. Valcir Miguel da Silva**, Gerente da Contabilidade, empenhos de resto a pagar do Fundo Municipal de Saúde, de contas feitas de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2004, que foram deixadas para serem pagas no ano de 2005, dando um total de aproximadamente R\$ 4.912.516,04 (Quatro milhões, novecentos e doze mil, quinhentos e dezesseis reais e quatro centavos) e um segundo documento com restos a pagar de R\$ 1.622.268,14 (Hum milhão seiscentos e vinte e dois mil, duzentos e sessenta e oito reais e quatorze centavos); em seguida apresenta um outro documento que foi apresentado pelo Secretário de Administração na Audiência Pública da Prefeitura, onde mostra que a Secretaria Municipal de Saúde tem de restos a pagar de R\$ 13.000.000,00; ou seja, há um equívoco de informações pois R\$ 5.000.000,00 mais R\$ 1.700.000,00 não dá R\$ 13.000.000,00. **Paulo Roberto** informa que quando abriu o Jornal Folha de Londrina, esse dizia que o CMS constatou esse problema, porém não foi o CMS e sim o conselheiro Marcos Ratto. **Marcos Ratto** fala que este questionamento deve ser feito à Folha de Londrina; relata que todas as denúncias estão no Ministério Público e convida os conselheiros que assinaram a solicitação para uma reunião extraordinária que venham somar junto ao Ministério Público e a esse conselheiro, para investigar o que realmente está acontecendo. **Paulo Roberto** questiona este convite, pois antes de ir à imprensa, o conselheiro deveria ter convocado uma reunião do CMS para discutir o assunto, pois da forma como foi feito é colocada em julgamento à idoneidade dos usuários e questionada a legitimidade do CMS. **Marlene Zucoli** propõe, devido à quantidade de conselheiros se inscrevendo, que se estabeleça um teto de três minutos para cada inscrito, com bloco de cinco conselheiros, e ao final de cada bloco o inquirido responda, e o inscrito responda também dentro dos três minutos, à exceção de permissão de prorrogação, por parte dos conselheiros, dependendo da gravidade ou da delicadeza do fato; pede que esta proposta seja votada. Sendo a proposta aprovada por 21 conselheiros, com um voto contrário do conselheiro Marcos Ratto. **Marcos Ratto** justifica seu voto contrário, dizendo não concordar com a limitação de tempo, pois acha a questão importante demais para ser limitada. **Vânia Gutierrez** questiona a postura do conselheiro Marcos, dizendo que não passou procuração para nenhum conselheiro fazer qualquer denúncia em seu nome, e pergunta se antes do conselheiro tomar uma atitude independente como esta, se realmente chegou a discutir ou trocar idéia com outros conselheiros, até porque a sua atuação dentro do conselho é um pouco recente. **Orides** diz que está substituindo o Sr. Elzo Carreri ex-diretor administrativo, que tão brilhantemente representou o Hospital Zona Sul, nesse conselho, tendo o mesmo aceito convite da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, para coordenar a Regional. **Dulcelina Silveira** diz que também não autorizou ninguém a falar em seu nome e nem em nome da sua entidade, diz que recebeu um fax do Marcos contendo as denúncias, e logo a seguir foi procurada pela Folha de Londrina, querendo saber sobre uma verba, da qual ela Dulce não tinha conhecimento, notícia essa veiculada através de uma nota em um jornal, por uma colunista que não conhece, cuja nota também não viu, nem leu. Diz que o conselheiro Marcos não é tão novo no conselho tendo sido inclusive representante do governo Belinati no ano de 98 a 2000, como secretário executivo desse conselho; e pelo que esteve avaliando desde novembro de 2004 quando o mesmo retornou a este conselho, agora como conselheiro, participou em uma reunião apenas, e de

55 uma reunião da comissão do fundo; Dulce diz ainda que em nenhum momento o conselheiro Marcos
56 Ratto, sentou-se com o conselho para discussão de proposta apresentada pelo Sindicato dos Bancários,
57 para mudança com maior detalhamento na apresentação das contas do Fundo Municipal de Saúde,
58 tendo sido a mesma já aprovada pelo conselho, diz ao conselheiro que deve tomar cuidado, porque
59 representa uma categoria de servidor e está afirmando coisas das quais não participa das discussões,
60 podendo, inclusive, trazer prejuízo a um sindicato tão importante como o Sindicato dos Servidores
61 Municipais de Londrina. Esclarece, ainda que a auditoria que solicitou enquanto conselheira
62 representante do Sindicato dos Bancários, seria para as contas da administração Antonio Belinati, para
63 que não se ocorresse mais problemas como àqueles, e que o Brasil ficou sabendo das denúncias da
64 época; quanto à fala de que o conselheiro segue a sua posição dentro do conselho, acha pouco provável,
65 pois o mesmo nunca participou de nenhuma discussão com a entidade que representa ou com o
66 conselho para debater esse assunto. **Paulo Roberto** com a palavra acrescenta que achou uma falha do
67 conselheiro Marcos Ratto, pois se detectou algum problema, ou uma diferença, deveria ter chamado
68 atenção do conselho para que este fizesse o debate e não ter ido imediatamente à imprensa, entendendo
69 que faltou companheirismo. **Margaret Shimiti**, passa a fala para Eliel que encerra o primeiro bloco:
70 **Eliel Joaquim**, com a palavra, diz que concorda com a conselheira Dulce, pois quando o conselheiro
71 diz que representa os seus trabalhadores, tem que saber o que está falando, pois está expondo a
72 entidade que representa, coloca que o que está sendo discutido nesse dia não é a realidade do conselho, e
73 que todas as falas foram nesse mesmo entendimento, e que no conselho existe uma comissão que faz o
74 detalhamento dessas contas, e quando um conselheiro vai à imprensa e coloca em dúvida o conselho,
75 entende que essa colocação é equivocada, tendo em vista anos de luta do conselho para a consolidação
76 do Sistema Único de Saúde. **Marcos Ratto** diz que não é réu de nenhum conselheiro, fez uma
77 denúncia, que é o papel e o dever do cidadão; diz a Wânia, que o papel do conselho é denunciar e
78 lembra ainda que por ocasião da greve de trinta e um dias dos servidores públicos, nenhum conselheiro
79 pediu reunião extraordinária para avaliar e resolver os problemas da saúde de Londrina. Referindo-se à
80 conselheira Dulcelina, Marcos diz que a conhece e sabe da sua luta aguerrida para defender o Sistema
81 Único de Saúde, tanto em conferências estaduais, como nacionais, das quais participaram juntos; que
82 tem conhecimento das vezes em que o Sindicato dos Bancários solicitou uma auditoria independente
83 nas contas do fundo, fala que encaminhou solicitação de esclarecimento à Secretaria do conselho,
84 quanto à realização da auditoria independente, tendo a mesma enviando resposta que a auditoria não
85 havia sido viabilizada devido a não aprovação do conselho por seu alto custo. Respondendo ao
86 conselheiro Paulo Roberto, diz que quanto às denúncias feitas, as fará todas as vezes que julgar
87 necessário, cita ainda a conselheira Dulcelina que sempre defendia a auditoria e aprovava as contas com
88 ressalva, na última reunião aprovou as contas, causando estranheza a esse conselheiro; diz ainda que
89 quando não está presente à reunião do conselho, seu suplente está. **Francisco Eugênio** como membro
90 da mesa diretora do Conselho Estadual de Saúde, informa que esta denúncia já foi recebida por aquele
91 conselho, e como é de praxe, a mesa diretora, antes de encaminhar para o plenário do conselho,
92 encaminha a denúncia para pronunciamento do conselho denunciado, portanto essa denúncia deve
93 voltar aqui para pronunciamento e após é encaminhada para a ouvidoria e auditoria do SUS; após
94 estes três pareceres à mesa diretora do CES-PR, encaminha para a Comissão de Interiorização ou de
95 Acesso ao SUS, que irá discutir este assunto em reunião prévia à plenária do Conselho Estadual de
96 Saúde. **Josette Branco** pergunta se, já que houve a denúncia, a autarquia se preparou para trazer algum
97 esclarecimento sobre essas contas? **Dulcelina** questiona a atitude do conselheiro Marcos dizendo que
98 este está equivocado, tendo em vista que não tem participado dos fóruns, das discussões; e considera
99 que enquanto representante de uma instituição, deve ter primeiramente assiduidade e
100 comprometimento de estar nas reuniões do conselho, e pelas ausências registradas do conselheiro às
101 reuniões, o mesmo está fazendo toda discussão em cima de um debate do qual não participou,
102 colocando o conselho em dúvida; não é esta a forma de retornar depois de tantos anos afastado, de uma
103 secretaria executiva do conselho, da qual o conselheiro participou por um período, sendo omissos e
104 equivocado porque não tem participado dos trabalhos do conselho, portanto gostaria que o conselheiro
105 analisasse isto; diz que faz onze anos que pertence a este conselho, e acredita que não tenha
106 desrespeitado, nenhum companheiro, seja ele prestador, usuário, ou de outro segmento, já houve alguns
107 enfrentamentos ideológicos, políticos, nas discussões das questões de política de saúde, mas nunca
108 houve desrespeito entre os conselheiros; finaliza dizendo que gostaria que este conselho viesse a ter
109 discussões de forma bastante clara, onde os conselheiros fossem presentes, não omissos, e não se

110 equivocassem colocando este conselho em dúvida, pois as colocações feitas pelo conselheiro colocam
111 até os próprios conselheiros em dúvida. Considera importante que o conselheiro faça uma análise, uma
112 autocrítica para que realmente venha assumir o seu papel. **Paulo Roberto** respondendo ao conselheiro
113 Marcos, diz que não cabia a este conselho apoiar a greve, porque não era uma greve específica da
114 saúde, inclusive naquele dia se posicionou contra a greve, na saúde; sobre o conselho não discutir os
115 problemas da saúde, como o conselheiro não tem vindo às reuniões, não sabe o que está sendo debatido,
116 portanto o conselheiro não pode acusar os conselheiros de omissão e pessoalmente afirma que não é
117 omissor já que como autônomo, muitas vezes deixa seu horário de trabalho para ir a reuniões, para ir
118 aos postos verificar o atendimento dado à população, então não admite ser taxado de omissor. **Marcos**
119 **Ratto** respondendo a Josette, diz que se fosse gestor iria iniciar a reunião fazendo esclarecimentos
120 sobre a denúncia, e depois abriria a discussão, mas infelizmente isso não aconteceu, iniciou a reunião
121 fazendo deste conselheiro um réu. Diz ao Paulo Roberto, que não pediu para nenhum conselheiro apoiar
122 a greve, apenas fez um alerta no Conselho Municipal de Saúde de que iriam acontecer coisas muito
123 sérias, e quer deixar aqui mais uma vez registrado, que está juntamente com assessoria jurídica do
124 Sindserv cobrando os encaminhamentos do Ministério Público; quanto à conselheira Dulcelina, pediu
125 no documento que fosse colhido o depoimento da mesma, para que explique os motivos de sua
126 desistência de uma auditoria independente, e porque de repente a conselheira volta a aprovar as contas
127 do último mês sem auditoria. **Margaret Shimiti** com a palavra diz que lhe causa bastante estranheza,
128 o fato dos conselheiros ficarem em dúvida, porque as contas são apresentadas mensalmente, além de
129 estarem sempre à disposição de todos, os números são os mesmos já conhecidos dos conselheiros, com
130 uma diferença, a prestação de contas do município é diferente da prestação de contas do fundo
131 municipal de saúde; e o documento contábil que não é de fácil entendimento trazido pelo conselheiro
132 Marcos, que não teve a compreensão, a dignidade de trazer um contador, para explicar de que tratam os
133 números, e que o mesmo se baseou em uma nota de uma coluna social que tinha mais interesse em
134 fazer uma apologia a uma indicação política; e infelizmente fica pensando que os conselheiros que
135 estão na seriedade de responder enquanto construtores do SUS, ficarem na dúvida com uma notícia
136 dessas que está indo para a imprensa; afinal o conselheiro tem ou não tem as condições de avaliação do
137 serviço, da informação que esta aí? Quando se lê uma prestação de contas, deve se ler as duas colunas,
138 pois, restos a pagar é uma coluna, que todos sabem, são recursos de competência de um determinado
139 mês, que entra até três meses depois; isso não é brincadeira, se isso vai para um jornal levanta dúvidas
140 sobre a seriedade das pessoas, as pessoas que estão respondendo por isso, vão responder na hora certa,
141 em lugar certo, não precisa falar para a imprensa, está à disposição do sindicato, de qualquer um dos
142 conselheiros o tempo todo, a Secretaria não foi procurada por conta desta denúncia; a equipe técnica
143 da secretaria não está para ficar respondendo debates na imprensa, enquanto diretora sabe onde está, o
144 que responde, a sua função na saúde, a responsabilidade do setor saúde; hoje estava respondendo sobre
145 os trâmites do setor de compras, há a Legislação do SUS/ Capítulo da Saúde, a Lei de
146 Responsabilidade Fiscal, Lei 8666, de Licitações e Contratos, são três leis para a Secretaria responder
147 juntamente com os conselheiros; então não é para ficar brincando com imprensa, fazendo balão de
148 ensaio; a informação está no lugar certo, o Tribunal de Contas está aqui, a publicação do Tribunal de
149 Contas está à disposição de qualquer um, não sejam aventureiros de pegar uma coluna e imaginar que
150 R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais), aparecem e
151 desaparecem, isso é coisa da gestão passada, sumiram milhões e ninguém, nem o Ministério Público
152 consegue achar os muitos milhões de reais; agora os R\$ 5.000.000,00 cinco milhões vocês vão procurar
153 aqui, e vocês vão achar aqui. O nosso Diretor Financeiro, Ubirajara, irá esclarecer esta questão que é
154 apenas um dado técnico, para que os conselheiros tenham mais segurança. **Ubirajara Zanetti** diz que
155 a Gerência Contábil da Diretoria Financeira apresentou um relatório no dia 29 de abril, onde constam os
156 restos a pagar apenas do fundo que é a unidade 2120; diz que a Autarquia Municipal de Saúde é dívida
157 em duas unidades orçamentárias 2110 que é a coordenação geral, e 2120 que é o fundo municipal de
158 saúde; a 2110 contempla todo o repasse do município para a saúde, que este ano vai fechar em torno de
159 R\$ 62.000.000,00 (sessenta e dois milhões de reais) e no fundo tramita os recursos do governo federal,
160 e repasse do estado, quando ocorrem, e que vai fechar na ordem de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte
161 milhões de reais); então as unidades são separadas e distintas, uma utiliza o CNPJ da autarquia onde
162 paga os servidores, a outra unidade do fundo utiliza o CNPJ do município, porque o Ministério da
163 Saúde, o governo federal só repassa no CNPJ do município, sendo portanto duas unidades distintas; esse
164 relatório que apresenta R\$ 4.912.000,00 (quatro milhões novecentos e doze mil reais), é parcial, é

165 referente ao fundo e não a autarquia; o relatório apresentado pelo município de R\$ 12.000.000,00 (doze
166 milhões de reais) é uma estimativa porque o município solicitou a informação, e a secretaria não estava
167 com ela pronta, ainda em função de que o próprio Tribunal de Contas em 2004, mudou a versão de
168 sistema, implantando novas sistemáticas adotando uma medida que é para segurar o município, quer
169 dizer o Tribunal de Contas consegue saber hoje o que a prefeitura pagou ontem, a informação é on-line,
170 e dessa forma se há uma informação estranha que pertence à saúde, o Tribunal de Contas envia uma
171 auditoria na mesma hora, e esse controle o Tribunal de Contas tem em todos os municípios, sem a
172 necessidade de ter um batalhão de funcionários e auditores, tudo através do sistema de informática; diz
173 que o município, estava precisando apresentar um relatório, a gerência de contabilidade da autarquia,
174 não tendo ainda os dados fechados, apresentou uma estimativa, para o município naquele momento, e o
175 número foi bastante próximo da realidade; após toda essa problemática que os municípios enfrentaram,
176 e em função de todas essas mudanças a exemplo dos demais municípios, a Secretaria de Saúde de
177 Londrina conseguiu fechar o seu balanço de 2004, somente agora no dia dois de junho, a prefeitura
178 fechou no dia oito de junho, outros municípios estão fechando ainda; o resultado disto, há restos a
179 pagar, esta informação está dividida em restos a pagar processados e não processados de 2004, mas há
180 uma observação, aquele valor é parcial só de 2004, existem restos processados de exercícios anteriores,
181 desde 97 até 2003, e restos não processados, isto quer dizer, a contabilidade reconhece que existe, mas
182 não foi processado ainda, por questão de uma melhor análise, há uma pendência que não foi
183 processado; e há ainda depósitos em consignação aquilo que em 2004, o município retirou do servidor
184 para repassar para o sindicato, para os bancos, para toda concentração da folha de pagamento, e o
185 município tirou isso no dia trinta e repassou no dia dois, na virada do ano, ficando com R\$ 2.831.000,00
186 (dois milhões oitocentos e trinta e um mil reais) no caixa; então a dívida processada, do fundo
187 municipal 2120, mais 2110 da autarquia, de janeiro a dezembro de 2004, seria R\$ 5.338.000,00 (cinco
188 milhões trezentos e trinta e oito mil reais), um pouco a mais do que aquele montante apresentado. Os
189 não processados, R\$ 1.128.000,00 (um milhão cento e vinte e oito mil reais), os processados dos
190 exercícios anteriores, R\$ 1.061.000,00 (um milhão e sessenta e um mil reais), os não processados R\$
191 1.093.000,00 (um milhão e noventa e três mil reais), mais os depósitos somam R\$ 11.454.000,00 (onze
192 milhões quatrocentos e cinquenta e quatro mil reais), então a estimativa que passada ao município de
193 R\$ 11.900.000,00 (onze milhões e novecentos mil reais) ficaram próximo da casa dos dozes, e aquela
194 era uma estimativa, esse número é oficial, o número que está no Tribunal de Contas é o número da
195 contabilidade do município de Londrina, da Saúde, do exercício de 2004, portanto a Saúde em
196 Londrina fechou o ano com uma dívida de R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais) e com o crédito
197 de R\$ 13.625.000,00 (treze milhões e seiscentos e vinte e cinco mil reais), com um superávit portanto
198 de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais). Na conta movimento, a 2110, sobrou no
199 caixa do município, da autarquia R\$ 137.000,00 (cento e trinta e sete mil reais), isso no dia 31 de
200 dezembro; nas contas vinculadas do fundo, R\$ 3.914.000,00 (três milhões novecentos e quatorze mil
201 reais), e ainda créditos intergovernamentais, que são os depósitos que o Ministério da Saúde fez para a
202 Saúde nos dias 5, e 6 de janeiro, R\$ 5.600.000,00 (cinco milhões e seiscentos mil reais), fechando assim
203 o mês de janeiro, com os repasses das competências de setembro, outubro, novembro, e dezembro e o
204 Ministério, o governo federal verificou que os municípios no Brasil inteiro não fechariam suas contas,
205 então autorizou através da portaria ministerial n° 447/02-STU que esses valores referentes ao
206 exercício anterior, pudessem ser apropriados, e isso sobre orientação do Tribunal de Contas, discussões
207 com técnico do Tribunal de Contas, a secretaria apropriou R\$ 9.574.000,00 (nove milhões quinhentos
208 e setenta e quatro mil reais), portanto fechando o ativo financeiro, da Autarquia Municipal de Saúde,
209 somado com o fundo, em R\$ 13.625.000,00 (treze milhões seiscentos e vinte e cinco mil reais), e
210 esses são números ainda não divulgados, eram esses os esclarecimentos. **Marlene Zucoli** diz que como
211 servidora há vinte anos da saúde, fica triste de ver o seu sindicato colocar de uma forma tão pesada que
212 a saúde está um caos, sendo que são os servidores que realizam este serviço, no dia a dia; se a saúde
213 esta um caos, precisa se pensar em quais os pontos porque tem visitado a rede nestes últimos dias, para
214 implantação de uma nova rotina de agendamento e tem sentido e recebido um feedback, uma atenção
215 muito boa das unidades básicas de saúde; sabe que há problemas na saúde, coisas a resolver, porém há
216 uma categoria que precisa ser incentivada independente de quem esteja no governo, acha que essa é
217 uma questão importante, tem visto o servidor interessado e discutindo em muitos locais por onde
218 passou e lhe causa tristeza de ver o seu sindicato se colocando desta maneira, gostaria que o sindicato
219 fizesse, essa reflexão, olhasse para o servidor que está na ponta e visse até que ponto isso também está

220 magoando aquele que está trabalhando para que o usuário seja bem atendido; a outra questão é que vez
221 ou outra votou pela prestação de contas, mas confiando no seu colega conselheiro que está checando a
222 conta e acredita que esta equipe é que tem de fazer uma auto análise, e ver se está realmente
223 verificando as contas, pedindo informações e até onde sabe esta equipe tem trabalhado assim, e não
224 tem trazido ao conselho dúvidas em relação a isso; quanto à qualificação, foram feitos muitos cursos de
225 qualificação para que as pessoas pudessem estar fazendo suas análises de forma mais precisa, e que se
226 for preciso outros cursos de qualificação, os mesmos devem ser realizados; quer fazer uma observação,
227 de que o Cismepar, este ano, iniciou com saldo negativo, o Marcos Ratto está no conselho fiscal e está
228 acompanhando, porém não houve nenhum desvio e nem uma execução a mais de serviço que não
229 deveria ser feito, houve sim, serviços cujos repasses até hoje não foram feitos, que são as FAECs, é
230 como se houvesse uma dívida, na verdade o recurso não foi repassado, então essas análises técnicas
231 precisam ser bem feitas pela equipe que está no fundo e se existe dúvida, tem que ser bem trabalhada.
232 **Sebastião**, diz que gostaria que no final dessa reunião fosse deliberado pelo seguinte encaminhamento:
233 que o conselheiro Marcos Ratto fizesse uma retratação, porque da forma que foi publicada esta
234 denúncia não dá para sair dessa reunião extraordinária, sem uma resposta neste sentido, ou o conselho
235 vai ter que tomar um posicionamento em relação ao conselheiro, acha que o conselho pode pedir uma
236 retratação; diz que considera isso uma falta de respeito e consideração ao trabalho dos demais. **Marcos**
237 **Ratto** diz que quando fala que a Saúde está um caos, é a saúde de uma forma geral e diz que o
238 servidor de maneira nenhuma é o responsável, aliás o servidor fica na porta da frente, atendendo a
239 população, com as dificuldades existentes, sempre está firme, muitas vezes comprando material para
240 atender os usuários; denuncia que em um posto de saúde suspendeu-se o atendimento de odontologia
241 por seis meses por conta de um fusível de R\$ 0,56 (cinquenta e seis centavos) e o servidor comprou o
242 fusível, está lá no Ministério Público a nota fiscal para análise. Diz ainda que quer deixar registrado que
243 o Ministério Público está de portas abertas para ele, que os conselheiros que quiserem a denúncia na
244 íntegra podem solicitar que tem toda a documentação à disposição aqui, e que o Ministério Público com
245 certeza vai cumprir o seu papel, o seu dever de verificar essa denúncia na íntegra. **Joel Tadeu** diz que
246 já está na hora da emenda constitucional 29 ser aplicada na íntegra no conselho, ou seja, que todas
247 aquelas rubricas colocadas pelo Bira, poderiam ser uma só, os recursos próprios, os recursos que vem
248 do estado e ficaria até mais fácil para que os conselheiros acompanhassem a prestação de contas; em
249 relação às todas as falas dos outros conselheiros, diz que não se sentiu em momento nenhum atingido
250 pelas denúncias veiculadas nos jornais. E diz se alguém acha que houve leviandade do Marcos e do
251 segmento que ele representa, não compete ao conselho pedir retratação, entende que a denúncia foi
252 contra a Secretaria, e como acusada é ela quem deve entrar com pedido de retratação; diz que não
253 defende esta ou aquela administração, defende o SUS e o Controle Social. **Isaltina Pires Cardoso** diz
254 que é responsabilidade dos conselheiros fazer o controle social e política de saúde e não devem estar
255 vinculados a outros itens, a não ser política de saúde; diz que foi conselheira do estado durante dois
256 anos e foi para lá para defender o SUS e fazer controle social e política de saúde; a sua entidade muitas
257 vezes fez denúncias no Ministério Público baseada em fatos documentados e foi discutido no conselho
258 e enviado um documento para a Secretaria de Saúde antes de se encaminhar para o promotor; então é
259 muito sério, não se pode misturar as coisas; diz que não sabia o quanto era grave e difícil ser
260 conselheiro, achava que a coisa era bem mais simples até quando ouviu de um promotor do estado que
261 os conselheiros tem responsabilidade criminal, então é por isso que os conselheiros tem que ter
262 compromisso com o SUS, porque depois os atos irresponsáveis terão sérias conseqüências e é dever
263 dos conselheiros continuar fazendo controle social. **Elisabete** diz que enquanto representante dos
264 usuários, como uma simples dona de casa se colocou à disposição como voluntária gastando do seu
265 dinheiro desgastando o seu carro e como tal não está aqui para brincadeira e também fica muito
266 preocupada de pensar que além de tudo isso ainda tem responsabilidade judicial sobre o que aprova;
267 não coloca o Marcos Ratto como um réu, mas não gosta que alguém use o seu nome para fazer alguma
268 coisa sem antes consultá-la, e como faz parte deste conselho acha que se a Folha de Londrina colocou
269 o nome do conselho sem autorização dele, o conselheiro deve reclamar e solicitar uma correção; deixa
270 seu protesto com relação ao fato de ter sido usado o seu nome sem antes ser consultada. **Joelma**
271 **Carvalho** diz que foi conselheira municipal neste conselho, tendo sido a reunião de janeiro de 2005 a
272 última que participou como conselheira, e que ficou muito chateada quando viu essa matéria na Folha
273 de Londrina, porque a matéria fala da gestão de 2004, na qual era conselheira e na qual participava da
274 Comissão do Fundo também. Foi com espanto que abriu a Folha de Londrina e se deparou com esta

275 matéria, que é assunto muito sério porque não está falando só de quem está hoje como conselheiro,
276 mas também das outras pessoas que passaram por este conselho; entende que isso não poderia ter
277 acontecido, e que fazer denúncia quando é necessário é papel dos conselheiros; cita que fez uma
278 denúncia o ano passado, só que se colocou enquanto Joelma conselheira estadual, nunca falou em
279 nome do Conselho Municipal ou Conselho Estadual de Saúde; considera que após todas as falas já
280 colocadas, o conselheiro municipal deve se retratar, porque não aceita esse fato que fere a sua pessoa e
281 a sua integridade, pois como já citou, era conselheira naquela época, reafirma estar falando enquanto
282 Joelma, enquanto ex-conselheira que atuou na gestão, a qual o conselheiro se referiu, e não admite de
283 forma nenhuma que esteja escrito “O Conselho Municipal está denunciando” rombo nas contas do
284 Fundo Municipal de Saúde, não é o conselho que está denunciando, portanto o conselheiro tem que se
285 retratar, solicita que faça uma retratação pública, pois a denúncia é somente do conselheiro Marcos
286 Ratto. Com relação aos R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), diz que os conselheiros tem que saber
287 para onde foram, e se o conselheiro Ratto sabe, que apresente aos demais conselheiros e a ela, pois
288 muito lhe interessa, já que era conselheira na época. **Marcos Ratto** parabeniza a colocação do Joel e
289 diz aos conselheiros para lerem a matéria na íntegra e verem quem assina a denúncia, e vão ver que
290 não falou em nome do conselho. Dirigindo-se a Joelma diz que a denúncia foi feita e assinada por ele
291 e pelo Presidente do Sindserv Marcelo Urbaneja, e que após a apuração do Ministério Público, se for
292 necessário fará uma retratação pública nos jornais, na primeira página e na televisão. **Ronildo Lima**
293 diz que, antes de denunciar, o papel de um conselheiro de saúde é participar, diz que fez vários
294 questionamentos, principalmente à pessoa do Júlio, no papel de suplente do Marcos, dentro do conselho,
295 convidando o comparecimento do sindicato ou deste segmento nas reuniões da comissão do fundo deste
296 conselho; diz que participa de quase todas essas reuniões e até o presente momento não teve o prazer
297 de aprender, porque acredita que o conselheiro tenha muito para ensinar para seus pares aqui dentro; O
298 SUS é feito de segmento e de percentuais de participação com toda certeza. Já foi contemplado na fala
299 da colega, e acredita que o conselho mereça uma retratação por mais que, de repente, possa ter ocorrido
300 um equívoco do jornalista da Folha, mas acredita que as pessoas devem ser responsáveis por aquilo que
301 falam, ou como são publicizadas as suas falas; então o seu pedido é de igual teor, cabe uma retratação
302 porque o nome deste conselho foi levado para a opinião pública de uma maneira distorcida, e antes de
303 denunciar deve-se participar, e esse pedido faz diretamente ao segmento ao qual o conselheiro pertence.
304 **Josete** diz que quando solicitou para que a autarquia apresentasse alguma coisa aos conselheiros não
305 foi porque tivesse dúvidas, mas para ficar claro para todos que as contas não estão erradas, como se
306 fazia parecer na denúncia, haja visto que pela fala do Bira, na verdade há um saldo de R\$ 2.000.000,00
307 (dois milhões de reais), então antes de qualquer coisa é preciso avaliar todo os fatos e todos os aspectos
308 da denúncia, e a seu ver a denúncia foi vazia, precisa ter uma melhor investigação, apesar de já estar no
309 Ministério Público, e é ele quem vai dar o encaminhamento, agora que foi uma denúncia precipitada,
310 fora de local isso com certeza foi, aliás ela deveria primeiro ter acontecido nas reuniões do fundo antes
311 de levar isso a outras instancias, o conselheiro e o seu sindicato desrespeitaram o conselho, não
312 trouxeram o assunto para ser discutido com os pares, e aqui ninguém é criança, ninguém é insensível a
313 ponto de não acatar esse tipo de denúncia, como todas as outras foram acatadas, e sempre foram
314 respondidas; então pensa que tem ser como o Roni, o Sebastião e a Joelma, falaram, tem que existir
315 uma retratação, seja do jornal, do diretor do sindicato, do conselheiro, mas ela tem que existir, pois isso
316 é um absurdo isso é brincadeira, o conselho não aprova as contas? Isso está errado, e acha que o
317 conselho deve também convocar uma coletiva com a imprensa e explicar o que está acontecendo ,tem
318 que ter as duas versões, e se diz espantada com a Folha de Londrina, ao publicar a matéria, e não ter
319 procurado o conselho para realmente averiguar o que é isso. **Paulo Roberto Vicente** diz que em parte já
320 foi contemplado nas duas últimas falas, mas queria complementar que está havendo um problema de
321 paridade em algumas comissões do conselho porque o segmento do trabalhador não está enviando
322 representante, então solicita uma atenção maior neste sentido, o segmento dos trabalhadores está em
323 falta com esse conselho; fica contente pois viu que o conselho unido tem força; diz que conhece a
324 saúde de Santa Catarina, São Paulo e Minas, e afirma que a saúde de Londrina é uma das melhores do
325 Brasil, isso não quer dizer que não tenha problema, tem problema sim, e é para isso que existe o
326 conselho, é para isso que este conselho é atuante; diz que este ocorrido deve servir de lição e alerta
327 para todos os conselheiros, para quando tiverem dúvidas trazerem primeiramente para o conselho.
328 **Paulo Gutierrez** dirigindo-se ao conselheiro Marcos diz-lhe para que não confunda política sindical,
329 com política de saúde e outras políticas, porque aí começa prejudicar os servidores e a comunidade de

330 modo geral, política de saúde é política de saúde, política sindical tem o seu momento, e política
331 partidária de governo é outra política, se começar a misturar isso a saúde será altamente prejudicada;
332 cada pessoa enxerga a realidade do jeito que quer enxergar, pode-se enxergar tudo ruim, ou pode-se
333 enxergar tudo bom, ou ainda, algumas coisas ruins e algumas coisas boas; a Secretaria enxerga as
334 coisas ruins e enxerga as coisas boas, muitas denúncias colocadas aqui, a Secretaria já tem
335 conhecimento, e diz que até em alguns pontos o conselheiro tem razão, particularmente quanto à
336 questão da falta, agora o que a Secretaria não pode admitir é essa questão da lisura do processo, nem
337 esse conselho, nem o secretário, nem o prefeito, porque isso é uma questão de ética e de
338 responsabilidade. Neste sentido, não há porque negar a condição de conselheiro, e que no jornal coloca
339 o conselho, e que o conselheiro sabe porque que está indo ao jornal falar tudo isso, e ser ingênuo, é
340 acreditar que vai para o jornal, e o jornalista o leva na conversa, se for assim pára de falar; diz que o
341 conselheiro é maduro suficiente para se responsabilizar se a imprensa falar o que não foi dito, ou não, e
342 acha que há que se sair daqui com a seguinte conclusão de encaminhamento, que parece ser consenso
343 e é o seu ponto de vista também, se o conselheiro não se retratar, o conselho tem que ir ao jornal e
344 colocar como foi a discussão aqui hoje. **Sônia Anselmo** com a palavra faz alguns esclarecimentos,
345 primeiramente informando que Dr Silvio Fernandes, presidente deste conselho, não se encontra presente
346 a esta reunião, porque foi convidado a participar de um seminário entre Brasil e Canadá, apresentando
347 troca de experiências entre serviços de saúde, com despesas custeadas pela OPAS e CONASEMS, está
348 representando o Brasil nessa discussão da saúde. Informa também que a secretaria administrativa tinha
349 um prazo para acatar o pedido de reunião extraordinária feita pelos conselheiros e fazer a convocação, e
350 de acordo com o regimento interno do conselho, assim foi feito, não podendo contar portanto com a
351 presença do Dr. Silvio, mas a Margaret, está aqui para representá-lo, e os conselheiros aqui presentes
352 estão representando o conselho brilhantemente; gostaria de colocar que foi citado aqui algumas vezes,
353 que a secretaria administrativa do conselho respondeu que as auditorias não foram efetuadas, pelo seu
354 alto custo; a secretaria e o presidente do conselho recebeu um ofício datado, em 12 de maio enviado
355 pelo SINDSERV, onde o conselheiro Marcos Rogério Ratto, coloca que ele participa das atividades do
356 conselho desde novembro de 2004, também da comissão de finanças deste conselho, e que mediante a
357 não realização de auditoria, ele se juntaria à conselheira Dulcelina e não iria aprovar as contas do
358 Fundo, enquanto a auditoria não fosse realizada. A secretaria respondeu este ofício, autorizada pelo
359 Secretário e presidente do conselho, respondendo pontualmente cada questionamento, inclusive quanto à
360 mudança na apresentação, com mais detalhamento, das contas do Fundo, solicitação essa do Sindicato
361 dos Bancários, discutida e aprovada por esse conselho; que o conselho havia disponibilizado curso de
362 capacitação para todos os conselheiros e que esse sindicato não se fez representar e que a secretaria
363 poderia disponibilizar o material utilizado no mesmo para que ele pudesse fazer uso; e que também
364 estavam disponíveis todos os documentos referente às prestações de contas, sendo necessário agendar
365 com antecedência junto à Diretoria Financeira. Foi informado também que a auditoria independente não
366 havia acontecido tão somente porque este conselho não aprovou, devido o seu alto custo, e que a
367 Auditoria do Município já estava fazendo o trabalho de auditoria nas contas dos anos de 1996 a 1999.
368 Sônia esclarece ainda que o conselheiro Marcos Ratto, foi indicado pelo SINDSERV para participação
369 no Conselho em dezembro de 2004, tendo desde então participado somente de uma reunião do
370 conselho, no mês de fevereiro de 2005; o conselheiro Julio esteve ausente em duas reuniões e participou
371 de quatro, sendo que em uma delas, no mês de março/05 aprovou as contas do fundo, porque achou que
372 elas estavam regulares; o conselheiro Marcos Ratto faz parte ainda da comissão do fundo, enquanto
373 conselheiro autorizado e avalizado por este conselho, só que até hoje compareceu a uma reunião,
374 gostaria de deixar aqui um questionamento, como o conselheiro pode levantar dúvidas, fazer denúncias,
375 se não participa se não analisa; além disso ainda há as Audiências Públicas da Saúde que são
376 disponibilizadas pela secretaria, pelo conselho trimestralmente, e este sindicato nunca se fez representar
377 nas mesmas, e gostaria de colocar ainda, que no mês abril, as contas do fundo estavam para ser
378 entregues ao Tribunal de Contas, este conselho fez um documento orientado pelo Tribunal de Contas,
379 sobre a regularidade da aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Saúde, e o conselheiro Marcos,
380 pelo Sindserv assinou o documento, atestando a regularidade das finanças, da aplicação de recursos no
381 ano de 2004, então estranha muito que agora ele vá para a imprensa como uma denúncia de que
382 existem irregularidades, quando o próprio conselheiro assinou, estando o documento de posse do
383 Tribunal de Contas. **Marlene Zucoli faz** um esclarecimento no sentido de que a orientação do Tribunal
384 de Contas e da assessoria jurídica é que o conselheiro deve analisar as contas, às vezes as pessoas falam

385 que os conselheiros irão responder juridicamente, mas ninguém irá responder juridicamente pelo
 386 cheque que o Diretor Financeiro assinou ou o superintendente assinou, a questão é quando os
 387 conselheiros analisam as contas, devem verificar se os recursos estão sendo aplicados nos diversos
 388 setores, projetos e atividades de conformidade com as decisões do conselho e se os recursos foram
 389 aplicados através desses projetos e ações, fazer o acompanhamento verificando as notas, as licitações;
 390 as questões de diferenças contábeis, o Tribunal de Contas irá avaliar, e se necessário fará a cobrança e
 391 a responsabilização de cada administrador. **Marcos Ratto** diz que não retira a denúncia e vai cobrar do
 392 Ministério Público, que apure esta denuncia, informa que ontem na Câmara Municipal de Londrina,
 393 durante a sessão foi questionado por alguns vereadores a falta de medicamentos, e a situação precária
 394 que se encontra a saúde principalmente a do Pronto Atendimento Infantil. **Isaltina** diz que como
 395 representante do segmento de trabalhadores tem participado de algumas comissões e se faltou em
 396 algumas reuniões foi por problemas que não puderam ser adiados, então quando falam que o segmento
 397 dos trabalhadores está em falta com o conselho, fica constrangida e ofendida, porque os compromissos
 398 que assumiu tem cumprido. **Margaret Shimiti** solicita que os conselheiros se restrinjam ao assunto em
 399 pauta, e pergunta se os mesmos estão esclarecidos, sobre o motivo da convocação desta reunião, pois
 400 há que se encaminhar às propostas que foram elaboradas durante as discussões. As propostas são, de
 401 uma retratação pública, por uso do nome do conselho indevidamente, sem a consulta aos conselheiros,
 402 sem a instância de deliberação. **Coloca em votação nominal a proposta de que o conselheiro Marcos**
 403 **Ratto, se manifeste fazendo uma retratação pública, dizendo que o conselho não deliberou a**
 404 **respeito das denúncias veiculadas nos jornais pelo conselheiro, e que o nome do conselho foi**
 405 **usado indevidamente, sendo aprovada por 13 votos a favor, 4 votos contrários e 2 abstenções.**
 406 **Isaltina** esclarece que votou contrário à proposta porque acha que a reportagem cita muito bem que é
 407 Marcos Ratto conselheiro, sendo erro da Folha de Londrina. Marcos Ratto com a palavra diz que em
 408 respeito à decisão do conselho e aos conselheiros, com a anuência de sua assessoria jurídica, irá pedir
 409 amanhã pela manhã, uma coletiva geral com imprensa da cidade de Londrina, para dizer que o
 410 conselheiro, Marcos Ratto, não aprova e mantém a denúncia ao Ministério Público, e que nenhum
 411 conselheiro, assinou com ele a referida denúncia. **Marlene Zucoli** acrescenta que além do
 412 esclarecimento do Marcos, isso não impede que o conselho também se posicione dizendo como é que
 413 está vendo esta situação, e dizer que as denúncias encaminhadas pelo Sr. Marcos Ratto, não foram
 414 motivo de discussão neste conselho, portanto não são encaminhamentos deste conselho. **Margaret a**
 415 **seguir encaminha para votação a proposta de se formular o encaminhamento para a imprensa de**
 416 **uma nota em nome do conselho dizendo ou esclarecendo que as notícias veiculadas atribuídas**
 417 **ao conselho, não foram pauta de discussão do mesmo, sendo aprovado nominalmente por 18**
 418 **votos favoráveis e 1 voto contrário do Sr Marcos Ratto com declaração de voto, dizendo ser contrário**
 419 porque a proposta foi feita após o encerramento dos encaminhamentos. **Margaret Shimiti** reforça a
 420 realização da reunião ordinária de terça-feira próxima, que tem como pauta o conteúdo das denúncias
 421 que chegaram ao Ministério Público, e será apresentada novamente a discussão deste conteúdo, e
 422 informa também que o processo de compra dos dez itens de medicamentos que estão faltando, já está
 423 sendo concluído, sendo que vários recursos e mandado de segurança, atrasaram e dificultaram o
 424 andamento do processo, porém tendo sido garantida a lisura do processo de compra de medicamentos,
 425 mas estes já estão chegando. Nada mais havendo a ser tratado, encerra-se a reunião. A presente ata
 426 elaborada por Maria Anunciada Jordão Pedroza, Sônia Maria Anselmo, digitada por Andréia Dinis, será
 427 lida e assinada pelos conselheiros abaixo relacionados:

428
 429

430
 431

432	TITULAR	Silvio Fernandes da Silva	Ausente com justificativa
433	SUPLENTE	Margaret Shimiti	

434
 435

436	TITULAR	Wânia Gutierrez	
437	SUPLENTE	Julia Cândida Villas Boas	Ausente

438
 439

438	TITULAR	Miguel Alves Pereira Júnior	Ausente
439	SUPLENTE	Marco Antônio Fabiani	Ausente

440			
441	TITULAR	Alberto Durán Gonzalez	
442	SUPLENTE	Gláucia Celestino Reis	Ausente
443			
444	TITULAR	Ana Maria da Cruz	Ausente
445	SUPLENTE	M ^a Apda Ramalho de Oliveira	Ausente
446			
447	TITULAR	Marcos Rogério Ratto	
448	SUPLENTE	Júlio Ribeiro Castro	
449			
450	TITULAR	Arnaldo Martim Szlachta	Ausente com justificativa
451	SUPLENTE	Isaltina Pires Cardoso	
452			
453	TITULAR	Fahd Haddad	Ausente
454	SUPLENTE	Mariza Ferracin	
455			
456	TITULAR	Mara Rossival Fernandes	Ausente
457	SUPLENTE	Josette Branco A Martini	
458			
459	TITULAR	Francisco Eugênio Alves de Souza	
460	SUPLENTE	Aylton Paulus Junior	Ausente
461			
462	TITULAR	Orides Lopes Pinheiro	
463	SUPLENTE	Marlene Zucoli	
464			
465	TITULAR	Paulo Fernando Nicolau	
466	SUPLENTE	Márcia Luisa Silvestre	Ausente
467			
468	TITULAR	Aldemiro José dos Santos	
469	SUPLENTE	Custódio Rodrigues do Amaral	
470			
471	TITULAR	Jurema de Jesus Correa dos Santos	Ausente
472	SUPLENTE	Joel Tadeu Correa	
473			
474	TITULAR	Dulcelina Aparecida Silveira Oliveira	
475	SUPLENTE	Daniel Albano Capela	Ausente
476			
477	TITULAR	Silvana Gomes dos Santos	
478	SUPLENTE	Sebastião Francisco Rêgo	
479			
480	TITULAR	Elaine Bordin	
481	SUPLENTE	Livaldo Bento	Ausente
482			
483	TITULAR	Angélica de Souza	
484	SUPLENTE		
485			
486	TITULAR	Rosa Maria de A. dos Santos	
487	SUPLENTE	Leonilda Aparecida Sampaio	Ausente
488			
489	TITULAR	Julia Satie Miyamoto	Ausente com justificativa
490	SUPLENTE	Beatriz Francovig	
491			
492	TITULAR	Ronildo Lima Silva	
493	SUPLENTE	Euclides Lunardelli	Ausente
494			

495	TITULAR	Paulo Roberto Vicente	
496	SUPLENTE	Lenice de Oliveira	Ausente
497			
498	TITULAR	Elizabeth B. Cândido	
499	SUPLENTE	Levina Aparecida Alves	
500			
501	TITULAR	Wilma Silva Ribeiro	
502	SUPLENTE	Rosalina Batista	Ausente
503			
504			
505			
506			
507			